CÂMARA MUNICIPAL DE MONÇÃO

Aviso n.º 7243/2007

Para cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que foi afixada, para consulta, no edifício dos Paços do Município e demais locais de trabalho a lista de antiguidade do pessoal desta autarquia relativa ao ano de 2006.

Nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do citado diploma, cabe reclamação no prazo de 30 dias consecutivos a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República.*

26 de Março de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Emílio Pedreira Moreira.*

CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

Aviso n.º 7244/2007

Revisão do Plano de Pormenor da Zona Desportiva e Área Envolvente

António Maria dos Santos Sousa, presidente da Câmara Municipal da Murtosa, torna público que a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, na sua reunião ordinária de 27 de Março de 2007, proceder à abertura do período de discussão pública relativo à revisão do Plano de Pormenor da Zona Desportiva e Área Envolvente, de acordo com o artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro.

Estabelece-se, assim, um período de discussão pública por 25 dias úteis, a iniciar 10 dias após a publicação do presente aviso no *Diário da República.*

O Plano, acompanhado dos pareceres das entidades que sobre ele se pronunciaram, incluindo o parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, estará exposto durante o período de inquérito público e poderá ser consultado, todos os dias úteis, durante as horas normais de expediente, na Câmara Municipal da Murtosa e na Junta de Freguesia da Murtosa.

As observações, sugestões ou reclamações, quando as houver, deverão ser efectuadas por escrito, contendo os assuntos bem especificados, e entregues nos serviços da Câmara Municipal, ou remetidas para a Câmara Municipal da Murtosa por correio registado.

29 de Março de 2007. — O Presidente da Câmara, *Santos Sousa.*

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aviso n.º 7245/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que a funcionária Ana Filipa Azevedo Ferreira, auxiliar de serviços gerais de nomeação definitiva do quadro de pessoal deste município, pediu exoneração do lugar a partir de 3 de Janeiro de 2007.

15 de Fevereiro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Susana de Carvalho Amador.*

2611004700

Aviso n.º 7246/2007

Nomeação

Por meu despacho de 5 de Março de 2007, ao abrigo das disposições conjugadas no artigo 41.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, com o artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, Lucília Batalha Duarte Gaspar foi nomeada provisoriamente, pelo período de um ano, na categoria de técnica superior de geografia de 2.ª classe, da carreira de técnico superior, na sequência da dispensa de estágio de ingresso na referida carreira, por deliberação do júri do concurso externo de ingresso para admissão de um estagiário com vista ao preenchimento de um lugar na categoria de técnico superior de geografia de 2.ª classe, publicado no *Diário da República,* 3.ª série, n.º 96, de 18 de Maio de 2005.

13 de Março de 2007. — A Presidente da Câmara, *Susana de Carvalho Amador.*

2611004729

Aviso n.º 7247/2007

Nomeação de cargo dirigente (aviso n.º 07/DRH/SRS/2007)

No âmbito do processo de selecção para provimento do cargo de director do Departamento Municipal de Habitação, Saúde e Assuntos Sociais, cujo aviso foi publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 10 de Novembro de 2006, no jornal *Correio da Manhã,* em 10 de Novembro de 2006, com o n.º 52/DRH/SRS/2006, e na bolsa de emprego público com o código de oferta OE200611/0251, foi recepcionada uma candidatura.

Foi admitida ao processo de selecção a candidata Alice Mabília dos Santos Silva.

Tendo em consideração a classificação final obtida pela candidata, bem como o facto de se tratar de candidatura única e tendo em conta o perfil definido no aviso de abertura do procedimento, bem como a área do cargo a prover, cujas atribuições se encontram especificadas no artigo 55.º do Regulamento Orgânico do Município de Odivelas, foi seleccionada a mestre Alice Mabília dos Santos Silva.

Para os efeitos constantes no artigo 21.º, n.º 5, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, anexa-se uma síntese curricular da candidata seleccionada.

Em conformidade nomeei, com efeitos a 23 de Março de 2007, a mestre Alice Mabília dos Santos Silva, directora do Departamento Municipal de Habitação, Saúde e Assuntos Sociais, em comissão de serviço, nos termos do disposto no artigo 21.º, n.º 3, dos diplomas supra-referidos.

28 de Março de 2007. — A Presidente da Câmara, *Susana de Carvalho Amador.*

ANEXO

Síntese curricular

Mestre Alice Mabília dos Santos Silva, nasceu em 2 de Dezembro de 1961, no concelho de Lisboa.

Mestrado em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade Técnica de Lisboa.

Licenciatura em Política Social (área de especialização: Protecção e Segurança Social), pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

Entre 1980-1986, desenvolveu actividade profissional na área do *marketing* e novos serviços na ITT Portugal — Serviços e Comunicações, S. A.

Entre 1987-1989, coordenou um projecto de formação profissional para jovens de baixos recursos, residentes no concelho de Loures, promovido pelo Centro Regional de Segurança Social de Lisboa (Delegação de Loures), e com o apoio financeiro do Fundo Social Europeu.

Em 1990, foi recrutada pela Agência das Nações Unidas UNCHS-HABITAT (United Nations Center for Human Settlements) para desenvolver actividade, no âmbito social, em Moçambique.

Em 1995, regressou a Portugal e iniciou actividade profissional como directora executiva de Projectos de Habitação na FDP — Sociedade de Fomento Urbano, L.da (empresa de prestação de serviços técnicos na área da habitação, propriedade da Fundação D. Pedro IV), Lisboa.

Em Julho de 1999, celebrou um contrato de prestação de serviços na modalidade de avença, pelo período de um ano, para prestar o serviço de assessoria na área da habitação, da Câmara Municipal de Odivelas. O presente contrato foi renovado por iguais períodos, tendo cessado a 30 de Junho de 2005.

Em Julho de 2005, foi nomeada provisoriamente, pelo período de seis meses, na categoria de técnico superior de política social principal, na sequência de um processo de recrutamento excepcional.

Em Março de 2006, é designada por despacho do vereador José Esteves, coordenadora funcional do Departamento Municipal de Habitação, Saúde e Assuntos Sociais, com exclusão da Divisão de Saúde e de Prevenção das Toxicodependências.

Nomeada directora do Departamento Municipal de Habitação, Saúde e Assuntos Sociais, em regime de substituição, com efeitos desde 19 de Junho de 2006.

Diversos trabalhos de investigação, publicações e experiência pedagógica no âmbito universitário e no âmbito da formação profissional.

Formação profissional diversificada.

2611004712

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Edital n.º 301/2007

Isaltino Morais, licenciado em Direito, presidente da Câmara Municipal de Oeiras, faz público que, nos termos do artigo 23.º do Decre-

to-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se encontrará, a partir do dia 30 de Abril de 2007 e pelo prazo de 15 dias, a discussão pública referente ao pedido de loteamento (processo n.º 134/2006) localizado em Talaíde, Porto Salvo, titulado por Talaíde Parque — Promoção Imobiliária, S. A., e Carlos Fernando Bessone Basto Sabido, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do referido decreto-lei.

A consulta do processo, para efeito de eventuais observações ou sugestões por parte do público em geral, poderá naquele prazo ser efectivada, todos os dias, de segunda-feira a sexta-feira, no período compreendido entre as 8 horas e 30 minutos e as 17 horas e 30 minutos, na Divisão de Licenciamento e Apoio Administrativo desta Câmara Municipal.

E para constar se passou o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

4 de Abril de 2007. — O Presidente da Câmara, *Isaltino Morais.*

2611004819

CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Aviso n.º 7248/2007

Nomeação

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho de 23 Março de 2007, foi nomeado Rui Simão Fernandes dos Santos Balau para a categoria de técnico profissional de 2.ª classe, não adjectivado, conforme aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 4, de 5 de Janeiro de 2007, tendo obtido a classificação final de 17 valores.

30 de Março de 2007. — O Presidente da Câmara, *Mário João Ferreira da Silva Oliveira.*

2611004723

Aviso n.º 7249/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho de 1 de Fevereiro de 2007, foi nomeado secretário do Gabinete de Apoio Pessoal do vereador António Augusto Marques Mota, em comissão de serviço, o funcionário Paulo Jorge Figueiredo Martins, auferindo a remuneração correspondente a 60 % do vencimento previsto para os vereadores em regime de tempo inteiro. A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2007.

30 de Março de 2007. — O Presidente da Câmara, *Mário João Ferreira da Silva Oliveira.*

2611004781

CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM

Aviso n.º 7250/2007

Avaliação de estágio — Nomeação

Para os devidos efeitos torna-se público que, por meu despacho de 15 de Janeiro de 2007, homologuei a acta de avaliação e classificação final de estágio para ingresso na carreira de técnico superior de 2.ª classe, gestão e planeamento em turismo, tendo o candidato Fernando Manuel Paquim Gameiro obtido a classificação de 16 valores.

Mais se torna público que, por meu despacho de 8 de Fevereiro de 2007, nomeei para o lugar vago de técnico superior de 2.ª classe, gestão e planeamento em turismo, o candidato acima referido.

9 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *David Pereira Catarino.*

1000311318

CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA

Aviso n.º 7251/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 26 de Fevereiro de 2007, nomeei definitivamente, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, por força do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, para o lugar de técnico superior principal da carreira de ciências históricas do quadro de pessoal desta Câmara Municipal a candidata Ana Clara Machado Pereira Ferreira Querido, aprovada no concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de técnico superior principal (ciências históricas), aberto por ordem de serviço afixada em 31 de Outubro de 2006.

A candidata deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República.* (Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

26 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Pedro Oliveira Pinto.*

2611004807

Aviso n.º 7252/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 26 de Fevereiro de 2007, nomeei definitivamente, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, por força do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, para o lugar de técnico superior assessor principal da carreira de serviço social do quadro de pessoal desta Câmara Municipal a candidata Berta do Rosário Coelho Silva, aprovada no concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de técnico superior assessor principal (serviço social) aberto pela ordem de serviço afixada em 30 de Outubro de 2006.

A candidata deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República.* (Isento de visto do Tribunal de Contas nos termos do artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

26 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Pedro Oliveira Pinto.*

2611004808

Aviso n.º 7253/2007

Pedro Alexandre Cardoso Oliveira Pinto, presidente da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, torna público que, de harmonia com a deliberação da Câmara Municipal de 22 de Março de 2007, se procede à abertura do período de discussão pública da proposta de revisão do Plano Director Municipal de Paços de Ferreira, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro.

O período de discussão pública, que terá a duração de 44 dias úteis, inicia-se no 16.º dia útil contado da publicação do presente aviso no *Diário da República.*

A proposta de revisão do Plano Director Municipal de Paços de Ferreira, acompanhada do parecer da comissão técnica de acompanhamento e seu aditamento, e dos pareceres emitidos pelas entidades consultadas no período de concertação, encontra-se disponível, para consulta, de segunda-feira a sexta-feira, entre as 9 e as 17 horas, no Gabinete do Munícipe da Câmara Municipal bem como nas juntas de freguesia deste concelho, no horário de expediente respectivo.

As reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento que os interessados entendam apresentar deverão ser efectuados por escrito, em impresso próprio, e entregues no dito Gabinete do Munícipe, ou remetidos por correio registado, endereçado ao presidente da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Revisão do Plano Director Municipal, Praça da República, 4590-527 Paços de Ferreira.

Para constar se publica o presente aviso no *Diário da República* e na comunicação social, sendo ainda afixados nos lugares de estilo outros de igual teor.

28 de Março de 2007. — O Presidente da Câmara, *Pedro Alexandre Cardoso Oliveira Pinto.*

CÂMARA MUNICIPAL DE PINHEL

Edital n.º 302/2007

António Luís Monteiro Ruas, presidente da Câmara Municipal de Pinhel, torna público que, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a assembleia municipal, em sessão ordinária de 28 de Fevereiro de 2007, após o decurso da fase de apreciação pública, deliberou aprovar o Regu-